

## **Regulamento Interno dos Congressos**

### **Artigo 2**

#### **Delegações**

1. O termo «delegação» aplica-se à pessoa ou ao grupo de pessoas designadas por um País-membro para participar no Congresso. A delegação é composta por chefes de delegação bem como, se for o caso, por seus suplentes, por um ou vários delegados e, eventualmente, por um ou vários funcionários adidos (incluindo especialistas, secretários, etc.).
2. Os Chefes de delegação, os seus suplentes, bem como os delegados, são os representantes dos Países-membros, conforme o artigo 15.2 da Constituição, desde que estejam devidamente credenciados, em conformidade com as disposições estipuladas no artigo 3 do presente Regulamento.

### **Artigo 3**

#### **Credenciais dos delegados**

1. As credenciais dos delegados devem ser redigidas em boa e devida forma e assinadas pelo Chefe de Estado ou pelo Chefe do Governo ou pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros do país interessado, ou por qualquer outro funcionário do governo devidamente autorizado, por escrito, por uma das referidas autoridades a assinar as credenciais. Uma cópia desta autorização deve ser apresentada com as credenciais. As credenciais devem ser fornecidas, de preferência, numa das línguas de trabalho da Secretaria Internacional. As credenciais redigidas noutra língua que não seja uma das línguas de trabalho da Secretaria Internacional (e para a qual a União não dispõe de serviço de tradução) devem ser acompanhadas de uma tradução em inglês ou em francês, bem como de uma declaração que confirma que a tradução reflete corretamente o conteúdo do documento original. As credenciais dos delegados habilitados a assinar os Atos (plenipotenciários) devem indicar o âmbito de tal assinatura (assinatura sob reserva de ratificação ou de aprovação, assinatura «ad referendum», assinatura definitiva). Na ausência de tal especificação, a assinatura é considerada como sujeita a ratificação ou aprovação. As credenciais que autorizam a assinar os Atos incluem implicitamente o direito de deliberar e de votar. Os delegados aos quais as autoridades competentes conferiram plenos poderes sem especificar o seu alcance estão autorizados a deliberar, a votar e a assinar os Atos, a menos que o contrário esteja explícito na redação das credenciais. As credenciais que autorizam a participar em nome do país em questão ou a representar este último incluem implicitamente apenas o direito de deliberar e de votar.
2. Para efeitos do presente artigo, e sem ter de apresentar credenciais específicas ou plenos poderes, os Chefes de Estado, os Chefes de Governo e os Ministros dos Negócios Estrangeiros dos Países-membros são igualmente considerados como representantes do seu respectivo País-membro para a realização de qualquer ato relacionado com o estabelecimento dos Atos da União.
3. As credenciais devem ser depositadas, por intermédio do Secretariado do Congresso (a seguir designado por «Secretariado»), junto da autoridade designada para esse fim.
4. Os Países-membros cujos delegados não possuam credenciais ou que não tenham apresentado as suas credenciais podem, se os nomes desses delegados forem anunciados pelo seu Governo à Secretaria Internacional, tomar parte nas deliberações, mas não têm o direito de votar enquanto as suas respectivas credenciais não tiverem sido apresentadas, em boa e devida forma, à autoridade mencionada no parágrafo 3. A Secretaria Internacional avalia a validade das credenciais dos delegados e, em caso de dúvida, submete a questão à autoridade mencionada no parágrafo 3, para análise.
5. As credenciais de um País-membro que se faz representar no Congresso pela delegação de outro País-membro (procuração) devem estar conformes às mencionadas no parágrafo 1.

6. As credenciais e as procurações transmitidas por meios eletrônicos seguros (bem como as respostas aos respectivos pedidos de informação) são admitidas, desde que o cumprimento dos requisitos enumerados no parágrafo 1 seja confirmado pela autoridade mencionada no parágrafo 3. No âmbito do presente parágrafo, a expressão «meios eletrônicos seguros» refere-se a qualquer meio eletrônico utilizado para o tratamento, o armazenamento e a transmissão de dados que garanta a integridade, a integridade e a confidencialidade desses dados durante a apresentação, por um País-membro, das credenciais e das procurações supramencionadas.

7. A uma delegação que, depois de ter apresentado as suas credenciais, seja impedida de assistir a uma ou várias sessões, é facultado o direito de se fazer representar pela delegação de outro País-membro, contanto que comunique o fato por escrito ao Presidente da reunião em causa. Todavia, uma delegação só pode representar um País-membro além do seu.

8. Os delegados dos Países-membros que não sejam partes de um Acordo podem participar, sem direito de voto, nas deliberações do Congresso relativas a esse Acordo.